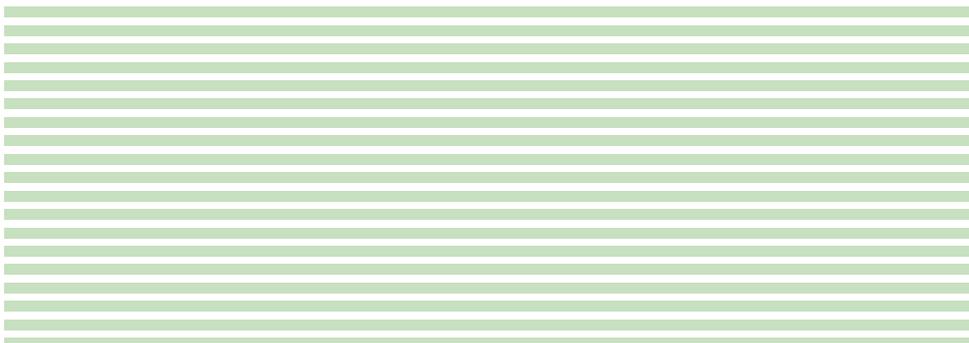


RETRATOS DA
SOCIEDADE
BRASILEIRA

49



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

PERCEPÇÃO DOS BRASILEIROS SOBRE O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

RETRATOS DA
SOCIEDADE
BRASILEIRA

49

REFORMA DA PREVIDÊNCIA
PERCEPÇÃO DOS BRASILEIROS SOBRE O SISTEMA
PREVIDENCIÁRIO

BRASÍLIA-DF
2019

© 2019. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Diretoria de Desenvolvimento Industrial - DDI

Gerência Executiva de Política Econômica - PEC

Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade - GPC

FICHA CATALOGRÁFICA

C748r

Confederação Nacional da Indústria.

Retratos da Sociedade Brasileira – Ano 8, n. 49 (agosto 2019) – Brasília : CNI, 2019.

v. : il.

ISSN 2317 7012

1. Sistema previdenciário. 2. Reforma da Previdência. 3. Pesquisa de opinião. I. Título.

CDU: 614

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3317- 9001

Fax: (61) 3317- 9994

<http://www.cni.com.br>

Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

E-mail: sac@cni.com.br

www.portaldaindustria.com.br

SUMÁRIO

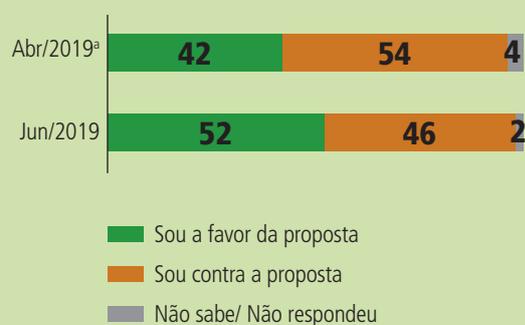
Resumo executivo	7
1 Necessidade de reformar a previdência	9
2 Conhecimento e avaliação da atual proposta de Reforma da Previdência	10
3 Idade para aposentadoria	13
4 Planejando o futuro	17
5 Regras diferentes para aposentadoria	19
6 Regras para pensão por morte	22
7 Percepção sobre um sistema previdenciário justo	23
8 Percepção sobre os benefícios assistenciais	25
9 Déficit da previdência e escolhas	26
Referências	29
Apêndices	31

RESUMO EXECUTIVO

CRESCE O APOIO À PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA, ENTRE AQUELES QUE CONHECEM O SEU CONTEÚDO

Gráfico 1 – É a favor ou contra a atual proposta de reforma da Previdência – Somente aqueles que conhecem o conteúdo da proposta de reforma apresentada pelo Governo Federal

Percentual de respostas (%)



^a CNI (2019).

A maioria dos brasileiros entende ser necessária uma reforma da Previdência. Quando perguntados se, de forma geral, concordam ou não com a necessidade de se realizar uma reforma do sistema previdenciário, 60% dos brasileiros se mostram favoráveis.

Entretanto, ao serem questionados sobre seu posicionamento em relação à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Federal, 41% dos brasileiros disseram ser a favor, enquanto que 44% disseram ser contra.

Quando o grupo analisado é apenas o de pessoas que afirmaram saber que o Governo Federal apresentou uma proposta e, além disso, ter conhecimento do seu conteúdo (35% dos entrevistados), observamos que: 52% do grupo é favorável à proposta e 46% é contrário. Na pesquisa realizada em abril e divulgada em maio de 2019, o percentual favorável foi de 42%, o que mostra um aumento, em um curto período de tempo, no apoio à proposta entre os entrevistados que conhecem seu conteúdo.

Entre o total de entrevistados que são contrários à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Federal, a principal justificativa, apontada por 19%, é o entendimento de que a idade mínima contida na proposta é elevada.

Vale destacar, contudo, que a maior parte da população (73%) acredita na necessidade de adoção de uma idade mínima para a aposentadoria. O ponto crítico nesse debate é exatamente a definição da idade a ser estabelecida como mínima para fins previdenciários.

É elevado o percentual de pessoas que entendem que a aposentadoria deve ocorrer até os 60 anos (80% dos respondentes). Mas, é possível perceber que tem crescido o percentual de pessoas que acredita que a aposentadoria deve ocorrer com 61 anos ou mais. Em 2007, esse percentual era de 8% e, em junho de 2019, subiu para 19%.

Embora 19% dos brasileiros entendam que a aposentadoria deve acontecer após os 60 anos, mais de um terço (36%) pretende continuar a trabalhar depois dessa idade, mesmo que já receba aposentadoria.

No que diz respeito às diferentes regras de aposentadoria para alguns grupos de pessoas, a maioria acredita que esses tratamentos especiais devem ser mantidos para trabalhadores rurais (64%), professores (62%), mulheres (60%), militares e Forças Armadas (57%) e policiais civis (56%). No sentido oposto, a população entende que os políticos (73%) e os servidores públicos (55%) devem estar sujeitos às mesmas regras que os demais trabalhadores, ou seja, não merecem um tratamento diferenciado.

Quanto às regras de pensão, 56% dos brasileiros defendem que o valor da pensão das(os) viúvas(os) cresça conforme aumente o número de filhos

menores de idade. Além disso, nos casos em que há acúmulo de aposentadoria e pensão, 63% dos entrevistados acreditam que o valor recebido deve ser menor para quem tem renda familiar mais elevada e maior para quem tem renda familiar mais baixa.

Quando perguntados se estariam dispostos a pagar mais impostos para manter as regras previdenciárias atuais, 84% dos brasileiros dizem que não estão dispostos a pagar mais.

Em relação ao planejamento das pessoas para o futuro, destaca-se o fato de 69% dos brasileiros desejarem se sustentar na velhice com renda proveniente do INSS, ainda que não seja a única fonte de recursos. Entretanto, menos da metade (49%) afirma contribuir para o INSS. A falta de trabalho com carteira assinada foi a principal razão apontada por aqueles que não contribuem (39%).



1 NECESSIDADE DE REFORMAR A PREVIDÊNCIA

Para 60% da população, a reforma da Previdência é necessária

Grande parte da população acredita que a reforma da Previdência é necessária: 60% dos respondentes concordam com a afirmação. Desses, 32% concordam totalmente e 28% concordam em parte. Para 34% da população, a reforma da Previdência não é necessária.

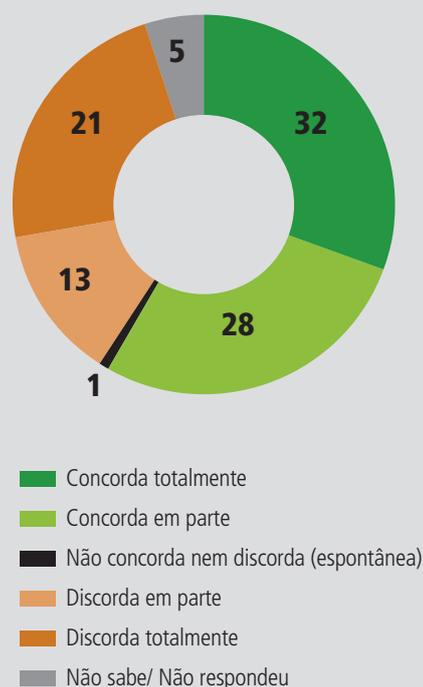
Entre os homens, o percentual dos que acreditam que a reforma é necessária é maior. Entre as mulheres, 54% acreditam que é necessário reformar a Previdência, enquanto, entre os homens, 66% acreditam na necessidade de reforma.

Quando considerados os níveis de escolaridade e renda dos entrevistados, o grau de concordância também varia. Para 53% dos entrevistados que completaram até a 4ª série do ensino fundamental, a reforma é necessária. O nível de concordância chega a 67% entre os entrevistados que possuem nível superior. Em relação ao nível de renda, 77% dos entrevistados com renda familiar mensal superior a 5 salários mínimos concordam com a necessidade de reforma da Previdência. Esse percentual cai para 47% entre aqueles com renda mensal de até um salário mínimo.

Não se percebe variação no apoio à reforma da Previdência quando a população é dividida entre aposentados e não aposentados. Para 60% dos entrevistados que já são aposentados, a reforma da Previdência é necessária. Nesse mesmo grupo, 29% discordam totalmente ou em parte da afirmação. Entre aqueles que não se aposentaram, o percentual de concordância também é de 60% e aqueles que discordam da necessidade reforma da Previdência representam 35% do grupo. Vale destacar que as pessoas que ainda não se aposentaram representam 87% dos entrevistados.

Gráfico 2 – Concorda ou discorda que é preciso reformar a Previdência

Percentual de respostas (%)



2 CONHECIMENTO E AVALIAÇÃO DA ATUAL PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Maioria dos brasileiros sabe que o Governo Federal apresentou uma proposta de reforma da Previdência e pouco mais de um terço conhece seu conteúdo

Cerca de dois em cada três brasileiros (65%) têm conhecimento de que o Governo Federal apresentou uma proposta de reforma da Previdência. Entre os entrevistados, pouco mais de um terço (35%) conhece o conteúdo da proposta: 5% tem amplo conhecimento do conteúdo e 30% conhece os principais pontos da proposta. Já 30% dos entrevistados sabem que o Governo Federal apresentou uma proposta de reforma da Previdência, mas não têm conhecimento de seu conteúdo. Outros 33% não sabem que o Governo Federal apresentou uma proposta de reforma e 2% não souberam ou não quiseram responder.

O conhecimento do conteúdo da proposta é mais disseminado entre aqueles com nível superior, onde 69% afirmam ter amplo conhecimento ou conhecer os principais pontos da proposta de reforma apresentada pelo Governo Federal. Para aqueles que completaram até a 4ª série, esse percentual cai para 11%.

Considerando todo o público da pesquisa, ou seja, independente se conhecem ou não a proposta do Governo Federal, 41% dos entrevistados afirmaram ser favoráveis à proposta de reforma. Outros 44% afirmaram ser contrários à proposta. Levando em consideração a margem de erro da pesquisa, que é de 2 pontos percentuais, os dois resultados podem ser considerados iguais.

Entre os homens, 47% se consideram favoráveis à proposta de reforma apresentada pelo Governo Federal, enquanto, entre as mulheres, esse percentual representa 35% das respondentes. Vale também destacar que 56% dos brasileiros com renda familiar mensal superior a cinco salários mínimos são favoráveis à reforma, ante 31% daqueles que têm renda familiar de até 1 salário mínimo.

Gráfico 3 – Conhecimento de que o Governo Federal apresentou uma proposta de reforma da Previdência

Percentual de respostas (%)

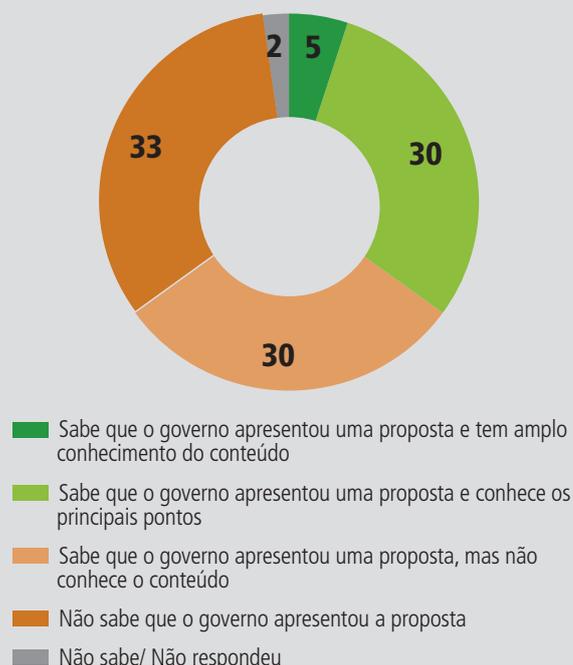
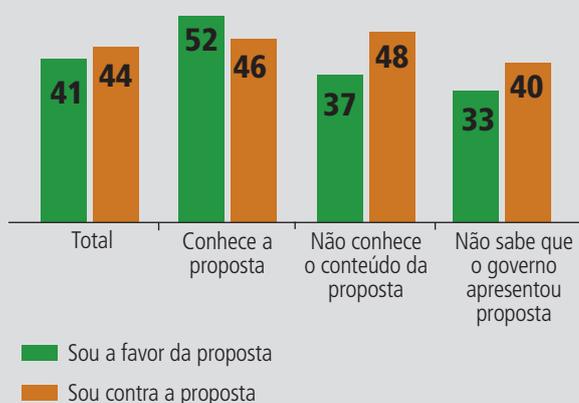


Gráfico 4 – É a favor ou contra a atual proposta de reforma da Previdência

Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos percentuais é diferente de 100% porque não estão apresentados os percentuais de quem não sabe ou não respondeu.

Quando considerados somente aqueles que não sabem que o Governo Federal apresentou uma proposta de reforma da Previdência, um terço dos entrevistados afirma ser a favor da proposta, enquanto 40% afirmam ser contrários. Entre aqueles

que sabem que o Governo Federal apresentou uma proposta de reforma, mas não conhecem seu conteúdo, o percentual de pessoas favoráveis representa 37% do grupo.

Aumenta a concordância com a proposta de reforma da Previdência entre as pessoas que conhecem seu conteúdo

Se considerados somente aqueles que sabem que o Governo Federal apresentou uma proposta de reforma e que conhecem seu conteúdo, amplamente ou seus principais pontos (35% dos entrevistados), 52% são favoráveis à proposta e 46% são contrários. Na pesquisa de abril de 2019, 42% dos entrevistados que tinham algum conhecimento do conteúdo da proposta (conhecimento amplo ou dos principais pontos) eram favoráveis a proposta de reforma apresentada pelo Governo Federal, enquanto 54% eram contrários.

Esse resultado mostra que o percentual daqueles que concordam com a proposta de reforma apresentada pelo Governo Federal e que também têm algum conhecimento de seu conteúdo cresceu significativamente entre os dois meses que separam as pesquisas.

Gráfico 5 – É a favor ou contra a atual proposta de reforma da Previdência – Somente aqueles que conhecem o conteúdo da proposta de reforma apresentada pelo Governo Federal

Percentual de respostas (%)



^aCNI (2019).

MOTIVOS PARA SER A FAVOR OU CONTRA A PROPOSTA DE REFORMA

Idade mínima elevada é o principal motivo apontado por aqueles que são contrários à proposta de reforma apresentada pelo Governo Federal

Todos os entrevistados, mesmo aqueles que não sabem que o Governo Federal apresentou uma proposta, foram questionados sobre quais os motivos para serem contra ou a favor da proposta de reforma da Previdência apresentada pelo Governo Federal.

A principal razão apontada, espontaneamente, pelos entrevistados que se mostram contrários à proposta de reforma da Previdência apresentada pelo Governo Federal é a idade mínima para se aposentar, considerada muito elevada (com 19% das respostas).

Além dessa, as seguintes razões também foram indicadas: tempo de contribuição muito longo (16%), reforma desfavorece os mais pobres (15%), reforma vai dificultar a aposentadoria (8%), a reforma favorece os mais ricos (6%) e o valor da aposentadoria é baixo ou vai diminuir (5%). Outras razões também foram apontadas, mas com um percentual menor.

(continua)

Gráfico 6 – Principais justificativas de quem afirmou ser contra a proposta de reforma da Previdência – respostas espontâneas

Percentual de respostas (%)



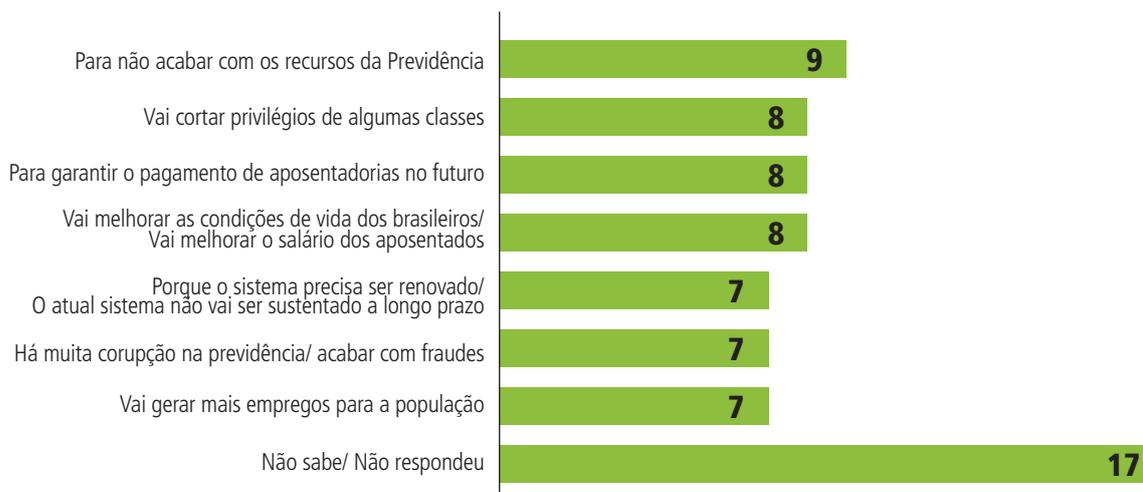
Nota: A soma dos percentuais é diferente de 100% devido à possibilidade de múltiplas escolhas e porque o gráfico não apresenta todas as respostas.

Já os motivos apontados por aqueles que se disseram favoráveis à proposta de reforma da Previdência apresentada pelo Governo Federal foram mais dispersos.

Os principais motivos para o apoio à reforma foram: não acabar com os recursos da Previdência (9%), cortar privilégio de algumas classes (8%), garantir o pagamento de aposentadorias no futuro (8%), melhora das condições de vida dos brasileiros/melhora dos salários dos aposentados (8%), necessidade de renovação do sistema/o sistema atual não vai ser sustentado no longo prazo (7%), muita corrupção na Previdência/acabar com fraudes (7%) e geração de empregos para a população (7%). Outras razões também foram apontadas, mas com um percentual menor.

Gráfico 7 – Principais justificativas de quem afirmou ser a favor da proposta de reforma da Previdência – respostas espontâneas

Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos percentuais é diferente de 100% devido à possibilidade de múltiplas escolhas e porque o gráfico não apresenta todas as respostas.

3 IDADE PARA APOSENTADORIA

Cresce percepção do brasileiro quanto à necessidade de se estabelecer uma idade mínima para a aposentadoria

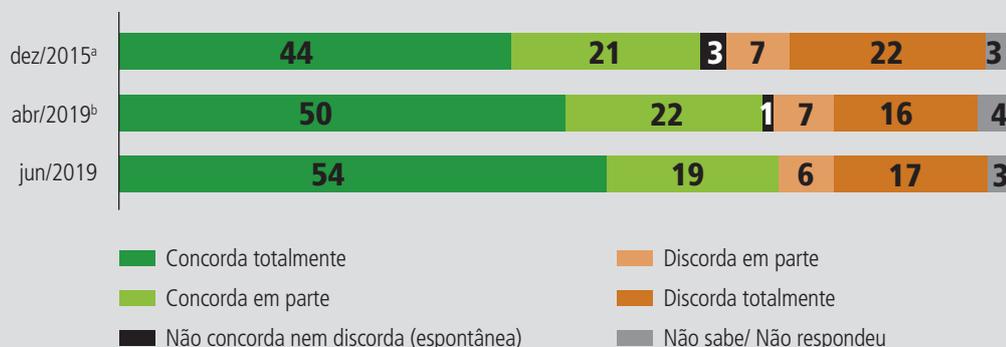
A maioria da população acredita que, com as pessoas vivendo até idades cada vez mais avançadas, é necessário estabelecer uma idade mínima para aposentadoria. Ressalta-se que o percentual da população que concorda com a afirmação cresceu na comparação com 2015. Naquele ano, 65% das pessoas concordavam com a afirmação e, na pesquisa de junho de 2019, esse percentual aumentou para 73%. Vale lembrar que na pesquisa anterior, realizada em abril de 2019, esse percentual era de 72%, ou seja, praticamente igual ao atual,

já que está dentro da margem de erro, que é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

Um dos principais pontos defendidos pela atual proposta de reforma da Previdência é justamente a adoção de uma idade mínima para aposentadoria, visto que apenas poucos países no mundo não a têm. Os resultados indicam que a população está criando cada vez mais consciência da necessidade de uma idade mínima de aposentadoria, posto que as pessoas estão vivendo por cada vez mais tempo.

Gráfico 8 – É necessário estabelecer uma idade mínima com as pessoas vivendo até idades cada vez mais avançadas

Percentual de respostas (%)



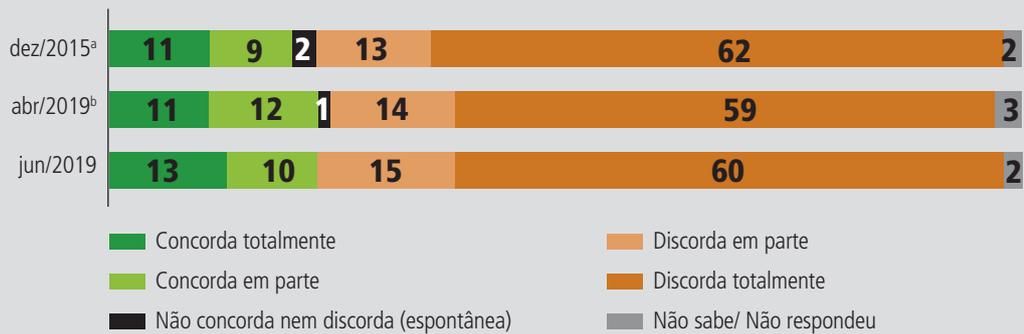
Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

^aCNI (2016), ^bCNI (2019).

Contudo, quando interrogados se as pessoas deveriam se aposentar cada vez mais tarde, já que estão vivendo até idades cada vez mais avançadas, a maioria dos entrevistados se mostrou contrária. Em junho de 2019, 75% dos respondentes discordaram da afirmação, o mesmo percentual apurado em dezembro de 2015.

Vale ressaltar que na pesquisa de abril de 2019, o percentual de discordância foi de 73%, o qual pode ser considerado igual ao atual, por estar dentro da margem de erro.

Gráfico 9 – As pessoas devem se aposentar cada vez mais tarde visto que estão vivendo até idades cada vez mais avançadas
 Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.
^aCNI (2016), ^bCNI (2019).

É baixa a percepção de que no Brasil se aposenta mais cedo do que em outros países

O Brasil é um dos países onde, em média, as pessoas se aposentam mais cedo. No entanto, a população brasileira tem a percepção do contrário.

BRASIL X PAÍSES DESENVOLVIDOS

Para 22% da população, no Brasil as pessoas se aposentam mais cedo que em países desenvolvidos (EUA, Alemanha, Inglaterra e França). Para 8%, não há diferença na idade de aposentadoria na comparação do Brasil e esses países. Para 43%, no Brasil se aposenta mais tarde. E 27% não sabem ou não responderam. Todos esses resultados são semelhantes ao observados na pesquisa anterior, de abril de 2019.

Segundo os dados mais recentes, a idade média de aposentadoria no Brasil é de 58 anos¹, enquanto, nos países citados, a idade mínima de aposentadoria é superior à média observada no Brasil: EUA (66 anos), Alemanha (65), Inglaterra (65) e França (66)².

BRASIL X BRICS

Na comparação com os países em desenvolvimento, BRICS (China, Rússia, Índia e África do Sul), 21% dos

entrevistados acreditam que no Brasil se aposenta mais cedo, 10% com a mesma idade, 38% mais tarde e 32% não souberam responder ou não responderam. Esse perfil de resposta também é semelhante ao apurado na pesquisa de abril de 2019.

A idade mínima de aposentadoria na China³ e na Rússia⁴ é de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, na Índia⁵ é de 58 anos (pode chegar a 65 em casos específicos) e na África do Sul não há sistema público de Previdência.

BRASIL X PAÍSES LATINO AMERICANOS

Na comparação com países da América Latina (Peru, Argentina, Paraguai e Uruguai), 18% dos entrevistados afirmaram que no Brasil as pessoas se aposentam mais cedo, 13% com a mesma idade, 34% mais tarde e 36% não souberam responder ou não responderam.

A idade mínima de aposentadoria é de 65 anos no Peru⁶. Na Argentina⁷, é de 60 anos para mulheres e 65 para homens, no Paraguai⁸ é de 55 anos e no Uruguai⁹, 60.

¹ Ministério da Economia (2019).

² Os dados dos EUA, Alemanha, Inglaterra e França têm como referência FCP (2019).

³ OCDE (2017).

⁴ FCP (2019).

⁵ OCDE (2017).

⁶ ONP (2019).

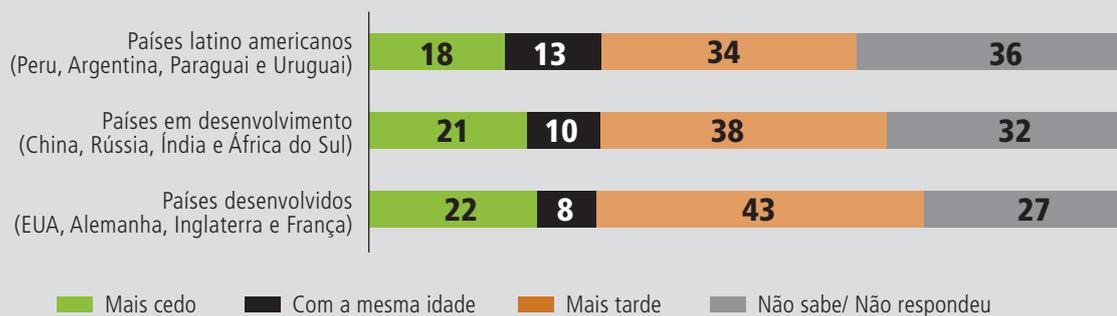
⁷ ANSES (2019).

⁸ IPS (2019).

⁹ BPS (2019).

Gráfico 10 – Brasileiros se aposentam mais cedo ou mais tarde que nos seguintes países

Percentual de respostas (%)



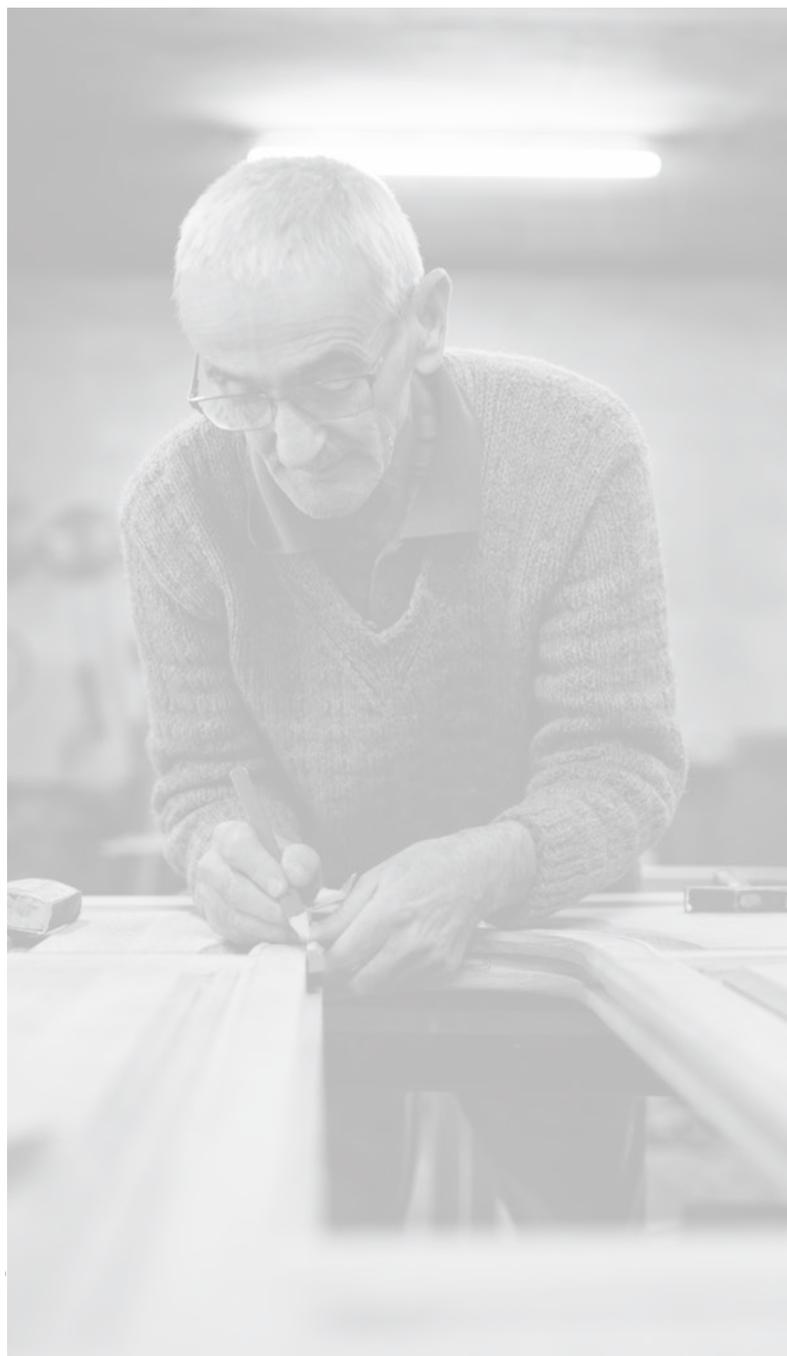
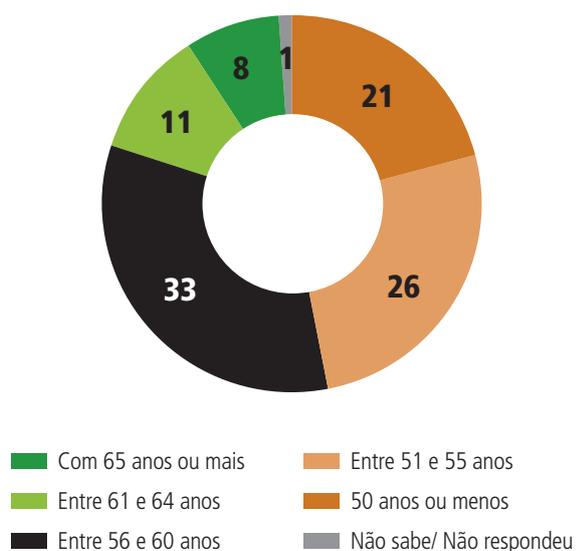
Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

Grande parte dos brasileiros acredita que a aposentadoria deve ocorrer com 60 anos ou menos

De modo geral, os brasileiros entendem que a aposentadoria deve ocorrer em idades baixas. Para 21% dos respondentes, as pessoas deveriam se aposentar com 50 anos ou menos. Para 26%, a aposentadoria deveria ocorrer entre 51 e 55 anos e, para 33%, a idade para se aposentar está na faixa de 56 a 60 anos. Esses percentuais são muito próximos aos encontrados na pesquisa de abril de 2019.

Gráfico 11 – Idade com a qual uma pessoa deveria se aposentar

Percentual de respostas (%)



Cresce a percepção de que a aposentadoria deve ocorrer mais tarde

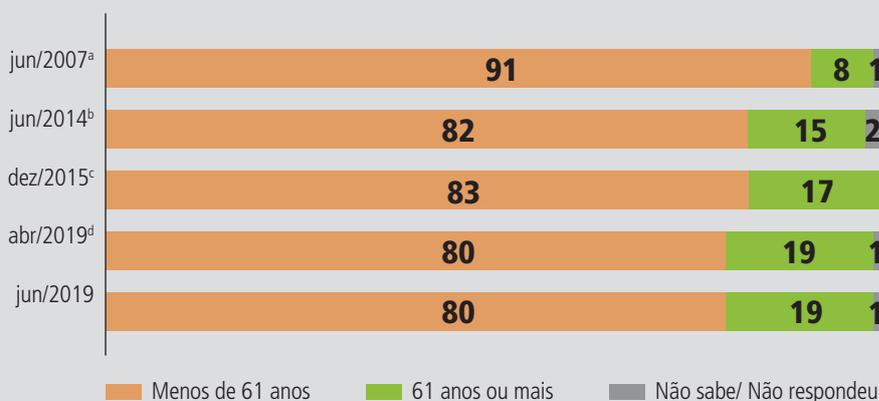
Chama atenção, contudo, que, para 19% dos brasileiros, a idade de aposentadoria deveria ser com 61 anos ou mais: “entre 61 e 64 anos” (11%) e “65 anos ou mais” (8%), resultado similar ao de abril de 2019. Em 2007, apenas 8% dos brasileiros tinham o entendimento de que as pessoas deveriam se aposentar com 61 anos ou mais. Em 2014, esse percentual subiu para 15% e, em 2015, foi para

17%. Esses resultados deixam claro que tem crescido na população o sentimento de que as pessoas devem se aposentar mais tarde.

Considerando apenas os respondentes que concordam com a necessidade de se reformar a Previdência, o percentual correspondente à faixa de idade de 61 anos ou mais cresce de 19% para 24%.

Gráfico 12 – Idade com a qual uma pessoa deveria se aposentar

Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.
^aCNI(2007), ^bCNI(2014), ^cCNI(2016), ^dCNI(2019).

4 PLANEJANDO O FUTURO

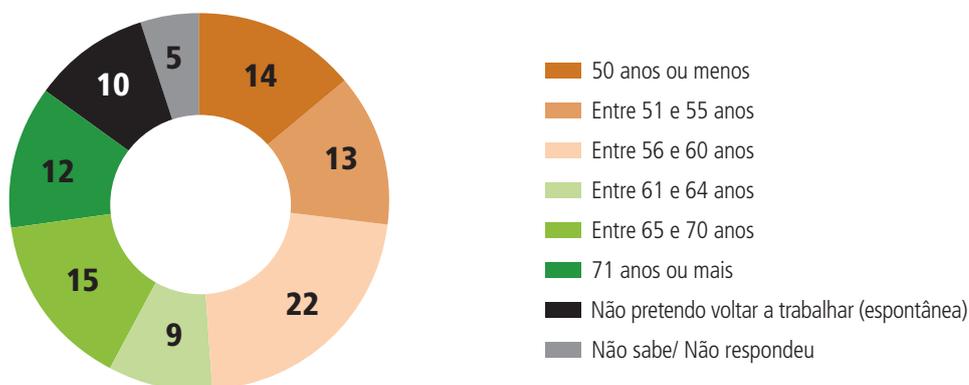
Mais de um terço da população pretende trabalhar após os 60 anos

Ainda que a ampla maioria dos brasileiros acredite que a idade de aposentadoria deva ser até os 60 anos, mais de um terço dos brasileiros (36%) pretendem trabalhar após os 60 anos de idade – mesmo que já recebam aposentadoria. Para 49% da população a pretensão é trabalhar somente até os 60 anos.

Cabe mencionar que 13% dos entrevistados são aposentados, sendo que desses, 25% continuam trabalhando. Ainda considerando apenas os aposentados, 36% pretendem trabalhar após os 60 anos de idade.

Gráfico 13 – Até que idade pretende trabalhar, mesmo que já receba aposentadoria

Percentual de respostas (%)



Quase metade dos brasileiros afirmam contribuir para o INSS

Cerca de 49% dos brasileiros contribuem para o INSS. Entre esses, 31% contribui para o INSS como empregado com carteira assinada. Já 13% dos entrevistados afirmam que contribuem para o INSS

como autônomo, 4% como Microempreendedor Individual (MEI) e 1% como empresário. Entre os entrevistados, 49% não contribuem para o INSS.

Gráfico 14 – Contribuição para o INSS

Percentual de respostas (%)



Não trabalhar com carteira assinada é a principal razão para não contribuir para o INSS

Entre os entrevistados que informaram não contribuir para o INSS, 39% disseram que não contribuem porque não trabalham com carteira assinada. Quase um quarto dos entrevistados (24%) afirmaram

que não contribuem porque não trabalham. O terceiro motivo mais citado, com 16%, foi o fato do entrevistado já ser aposentado ou pensionista.

Gráfico 15 – O motivo pelo qual não contribui para o INSS

Percentual de respostas (%)



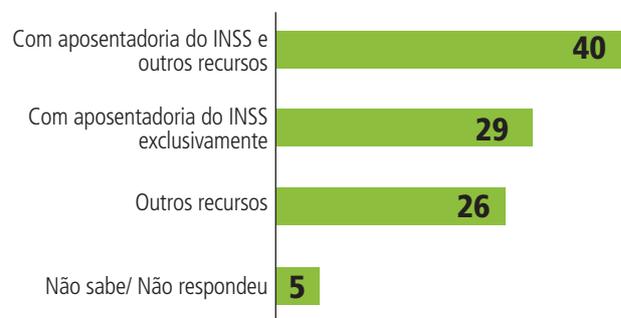
Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

Maior parte dos brasileiros conta com a aposentadoria do INSS para se sustentar na velhice

A aposentadoria do INSS é a fonte de renda mais citada pelos entrevistados como forma de se sustentar na velhice. Praticamente sete em cada dez brasileiros (69%) afirma que irá depender da aposentadoria do INSS para se manter no futuro, ainda que essa não seja a única fonte de renda pretendida. Chama a atenção o fato de que, apesar de parcela significativa da população contar com a renda do INSS para se manter na velhice, menos da metade dos entrevistados (49%) afirma contribuir para o INSS.

Gráfico 16 – Como pretende se manter quando chegar à velhice

Percentual de respostas (%)



5 REGRAS DIFERENTES PARA APOSENTADORIA

Brasileiros sabem que as regras de aposentadoria não são iguais para todos

A ampla maioria da população (79%) sabe que, atualmente, alguns grupos de pessoas podem se aposentar com regras diferentes (anos de contribuição, idade e valor máximo de aposentadoria). No sentido contrário, 15% dos brasileiros acreditam que as regras para a aposentadoria são iguais para todos.

Na pesquisa anterior, realizada em abril de 2019, os percentuais obtidos foram muito semelhantes aos atuais.

População apoia a igualdade de regras para aposentadoria

De uma maneira geral, a maior parte dos brasileiros (74%) concorda que todos os grupos de pessoas deveriam estar sujeitos às mesmas regras de Previdência – 55% concordam totalmente e 19% concordam parcialmente. Já 22% da população não concorda que as regras sejam as mesmas – 12% discordam em parte e 10% discordam totalmente. Esses resultados confirmam as percepções obtidas na pesquisa de abril de 2019.

Na pesquisa realizada em 2015, 72% dos entrevistados concordavam que todos os grupos de pessoas deveriam estar sujeitos às mesmas regras de Previdência, enquanto 23% discordavam da afirmação. Percebe-se, portanto, que se mantém a avaliação da maior parte da população de que as pessoas deveriam estar sujeitas às mesmas regras.

Gráfico 17 – Percepção sobre as regras para a aposentadoria

Percentual de respostas (%)

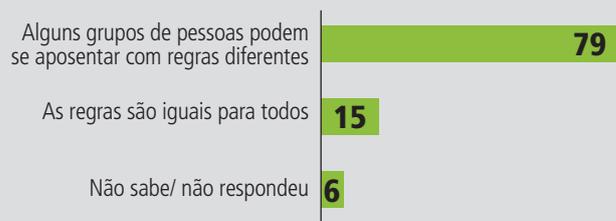
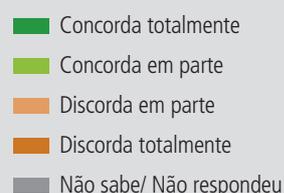
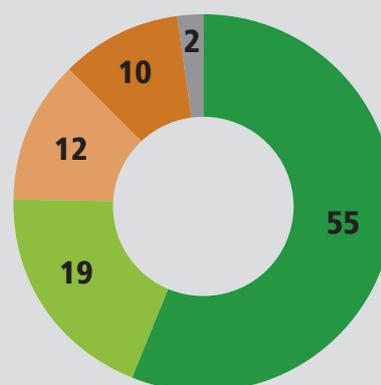


Gráfico 18 – Todas as pessoas deveriam se aposentar seguindo as mesmas regras

Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

Do mesmo modo, 57% dos entrevistados não considera justo que alguns grupos se aposentem com regras diferentes – 41% discordam totalmente e 16% discordam em parte da afirmação de que é justo que alguns grupos de pessoas se aposentem seguindo regras diferentes. Já para 38%, é justo que alguns grupos possam se aposentar com regras diferentes – 17% concordam totalmente e 21% concordam em parte. Esses percentuais são muito próximos aos observados na pesquisa de abril de 2019, com pequenas variações dentro da margem de erro.

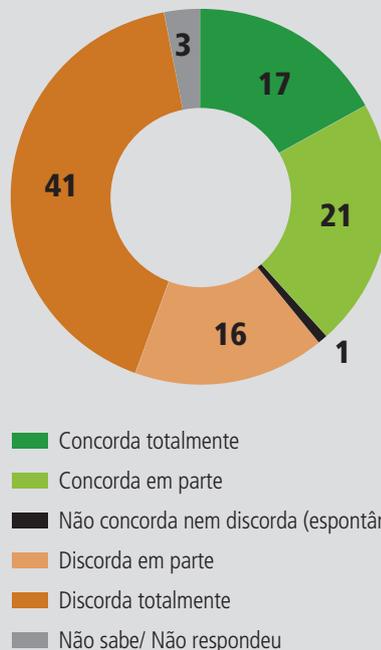
Em 2015, 32% dos brasileiros concordavam que é justa a existência de regras diferentes para a aposentadoria. Observa-se, dessa forma, que houve crescimento da concordância na comparação entre 2015 e 2019.

Regras diferentes geram ônus para o restante da população

Maioria dos brasileiros (70%) concorda que, quando alguns grupos se aposentam com regras diferentes, o restante da população é prejudicado – 52% concordam totalmente e 18% concordam parcialmente. Já o percentual de discordância é de 28% – 15% de discordância total e 13% de discordância parcial.

Em 2015, 45% dos brasileiros concordavam que, quando alguns grupos se aposentam com regras diferentes, o restante da população é prejudicado. Observa-se, dessa forma, que houve aumento da percepção da população, entre 2015 e 2019, quanto aos custos para a sociedade em geral de se manter regras diferentes de aposentadoria para alguns grupos.

Gráfico 19 – É justo que alguns grupos se aposentem seguindo regras diferentes
 Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

Gráfico 20 – Quando alguns grupos se aposentam com regras diferentes, o restante da população é prejudicado
 Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

Em alguns casos, população apoia regras diferentes de aposentadoria

Apesar de a maioria dos entrevistados acreditar que todos os grupos deveriam estar sujeitos às mesmas regras, quando perguntados sobre a manutenção de regras diferentes de alguns grupos, é considerável o percentual daqueles que acreditam que algumas categorias devem manter o tratamento diferenciado.

Seis em cada dez entrevistados concordam que as mulheres tenham regras de aposentadoria diferente das dos homens, sendo que 45% concordam totalmente e 15% concordam em parte com a afirmação.

A maioria da população (64%) também concorda, totalmente ou parcialmente, que os trabalhadores rurais tenham regras de aposentadoria diferentes dos trabalhadores urbanos. Destaca-se que essa percepção é maior entre as pessoas que apresentam maior nível de renda familiar mensal (76% de apoio daqueles que recebem mais de cinco salários mínimos).

A manutenção de regras diferentes para a aposentadoria de professores também é apoiada, total ou parcialmente, pela maior parte dos brasileiros (62%). Adicionalmente, são apoiadas regras diferentes para policiais civis, com 56% de apoio da população, Forças Armadas e policiais militares, com 57%.

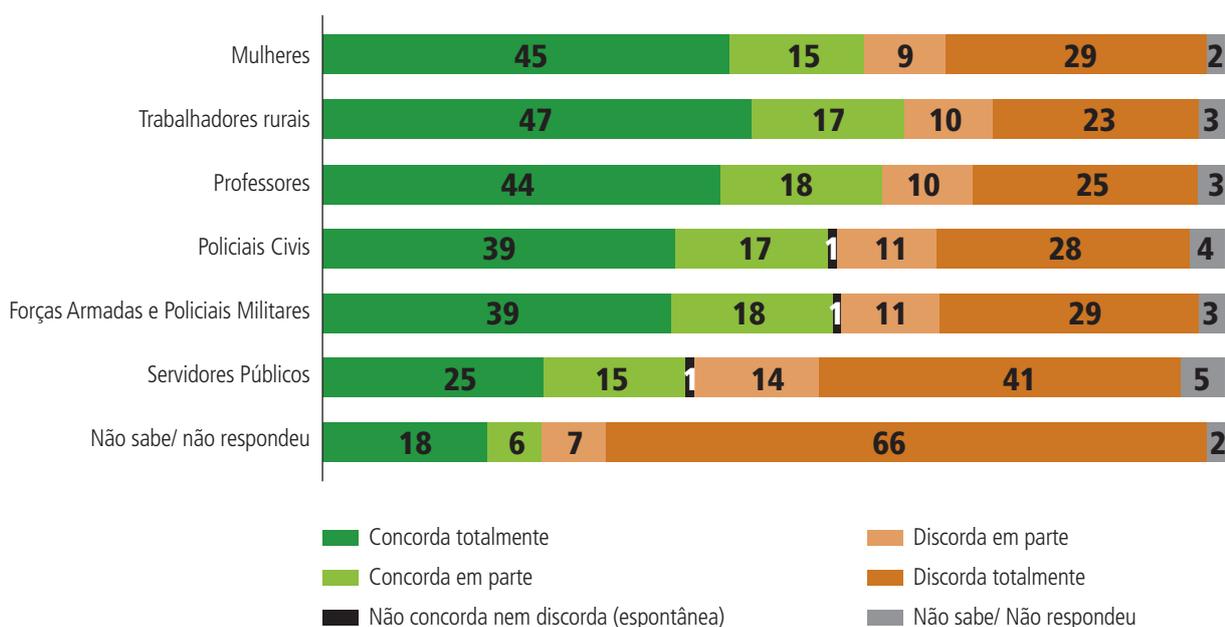
No sentido contrário, a maioria da população acredita que tanto os servidores públicos como os políticos não devem ter regras diferentes de aposentadoria. A maioria dos entrevistados (55%) discorda que os servidores públicos devam ter regras diferentes do setor privado. Para os políticos, o percentual de discordância chega a 73% e é maior entre aqueles com nível superior (78%) e renda superior a cinco salários mínimos (80%).

Vale registrar que, na pesquisa de abril de 2019, os entrevistados já haviam manifestado opiniões semelhantes às observadas nesta pesquisa quanto ao tratamento previdenciário diferente a determinados grupos.

Esses resultados indicam que a percepção dos brasileiros quanto ao tratamento previdenciário de alguns grupos da sociedade está em linha com as regras da atual proposta de reforma da Previdência, aprovada no plenário da Câmara dos Deputados em primeiro turno, no dia 12 de julho de 2019¹⁰, uma vez que a proposta mantém regras especiais para mulheres, trabalhadores rurais, professores e policiais.

Gráfico 21 – Concordância em relação às diferentes regras de aposentadoria

Percentual de respostas (%)



¹⁰ Câmara dos Deputados (2019).

Outra reivindicação da população, percebida na pesquisa, que está contemplada na atual proposta de reforma da Previdência diz respeito aos servidores públicos e políticos. Para essas duas categorias, cobra-se a igualdade nas regras de aposentadoria. A proposta de reforma da Previdência prevê que políticos e servidores públicos passarão a estar sujeitos a regras

semelhantes às do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), como idade mínima de aposentadoria e cálculo do valor da aposentadoria e das pensões. Ou seja, servidores públicos e políticos passarão a ter regras de aposentadoria próximas às dos trabalhadores da iniciativa privada.

6 REGRAS PARA PENSÃO POR MORTE

Novas regras de pensão são apoiadas pela maioria dos entrevistados

A maior parte dos entrevistados, cerca de 56%, concordam totalmente ou em parte quando questionados se o valor da pensão de viúvas(os) que têm mais filhos menores de idade deveria ser maior que das viúvas(os) com menos filhos menores de idade. Uma das alterações advindas da proposta de reforma da Previdência é justamente que o valor da pensão por morte seja proporcional ao número de dependentes.

Já para 63% da população, o valor da pensão recebido por viúvas(os) que também recebem uma aposentadoria deve ser maior para quem tem a renda familiar mais baixa e menor para quem tem a renda familiar mais alta. Esse ponto de vista também está em linha com o apresentado pela proposta de reforma da Previdência, na qual o acúmulo de pensão e aposentadoria vai variar de acordo com o valor dos benefícios.

Gráfico 22 – Viúvas(os) deveriam receber pensão do(a) companheiro(a) falecido(a) de acordo com o número de filhos menores de idade

Percentual de respostas (%)

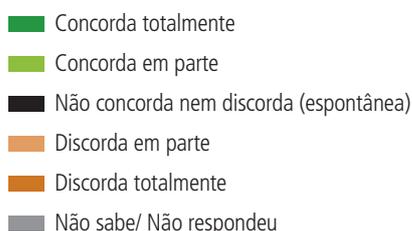
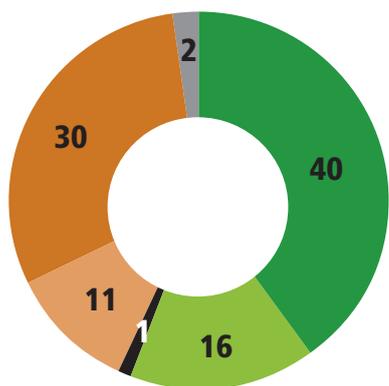
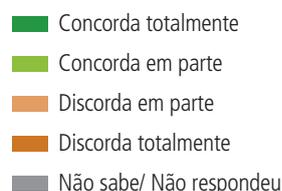
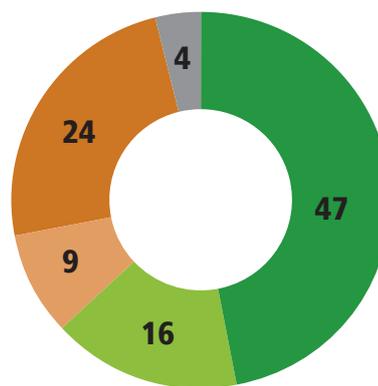


Gráfico 23 – Viúvas(os) deveriam receber pensão do(a) companheiro(a) falecido(a) de acordo com a renda familiar mensal

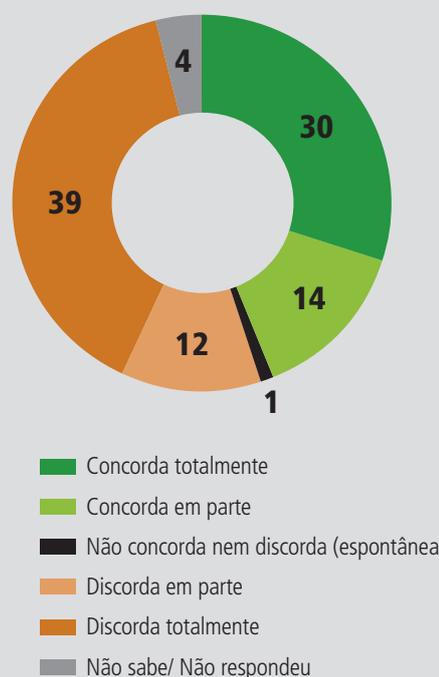
Percentual de respostas (%)



Não há consenso quanto ao acúmulo de aposentadoria e pensão. Aproximadamente metade da população, 51%, entende que não é justo que pessoas não possam acumular aposentadoria e pensão. Entre os entrevistados, 39% discordam totalmente e 12% discordam em parte da afirmação. De maneira oposta, 44% dos entrevistados concordam com a frase apresentada e entendem que as pessoas não devem acumular esses benefícios. Deve-se lembrar que a atual proposta de reforma da Previdência não veda o acúmulo de benefícios, apenas limita o valor a ser recebido.

Considerando a margem de erro da pesquisa, todos os valores encontrados são iguais ou muito próximos aos encontrados na pesquisa de abril de 2019, o que sugere que não houve mudanças significativas na percepção dos entrevistados em relação aos temas abordados nesta sessão.

Gráfico 24 – As pessoas não devem acumular benefícios
Percentual de respostas (%)



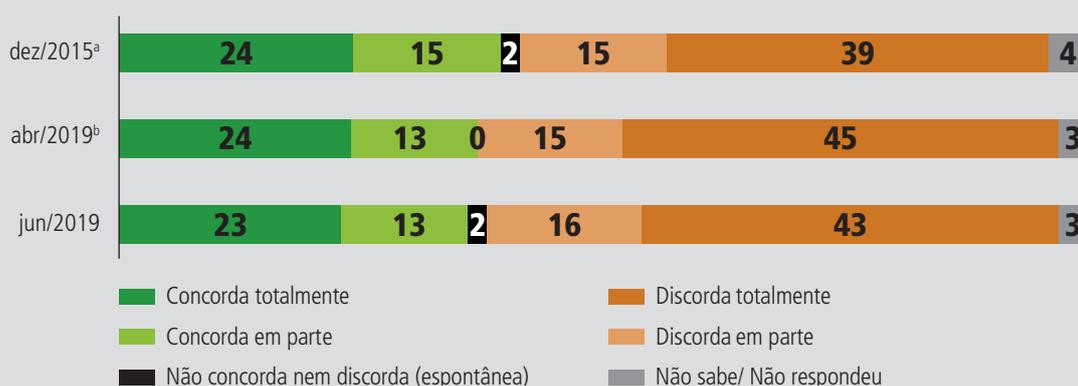
7 PERCEPÇÃO SOBRE UM SISTEMA PREVIDENCIÁRIO JUSTO

Maior parte dos brasileiros não concorda com vinculação entre o valor da aposentadoria e a idade em que as pessoas se aposentam

A maior parte dos brasileiros (60%) não veem como justo que pessoas que se aposentam mais cedo recebam aposentadorias menores que as que se aposentam mais tarde. Esse percentual não se

alterou em relação à pesquisa de abril de 2019, mas aumentou em relação à pesquisa realizada em 2015, quando representou 54% dos entrevistados.

Gráfico 25 – O valor do benefício deve variar de acordo com a idade de aposentadoria
Percentual de respostas (%)

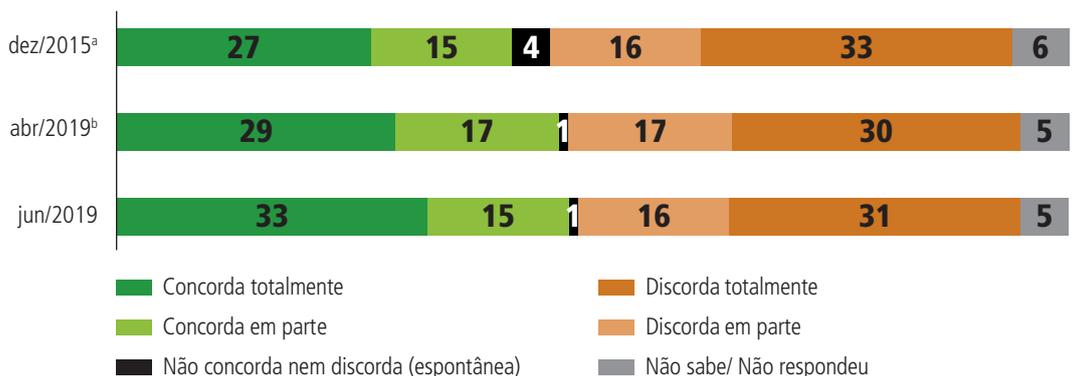


Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.
^aCNI(2016), ^bCNI(2019).

A população se mostra dividida quando questionada se é justo que pessoas recebam aposentadoria por tempo maior do que o tempo que elas contribuíram para a Previdência. Para 48% da população essa afirmativa é tida como justa: 33% concorda totalmente e 15% concorda em parte. Já para 47%

a afirmação é vista como injusta: 16% discorda em parte e 31% discorda totalmente. Em 2015, esses percentuais representavam 42% e 49% dos entrevistados, respectivamente. Também não houve mudança significativa na comparação com a pesquisa de abril de 2019.

Gráfico 26 – É justo que as pessoas recebam por mais tempo que contribuíram para a Previdência
 Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.
^aCNI(2016), ^bCNI(2019).



8 PERCEPÇÃO SOBRE OS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

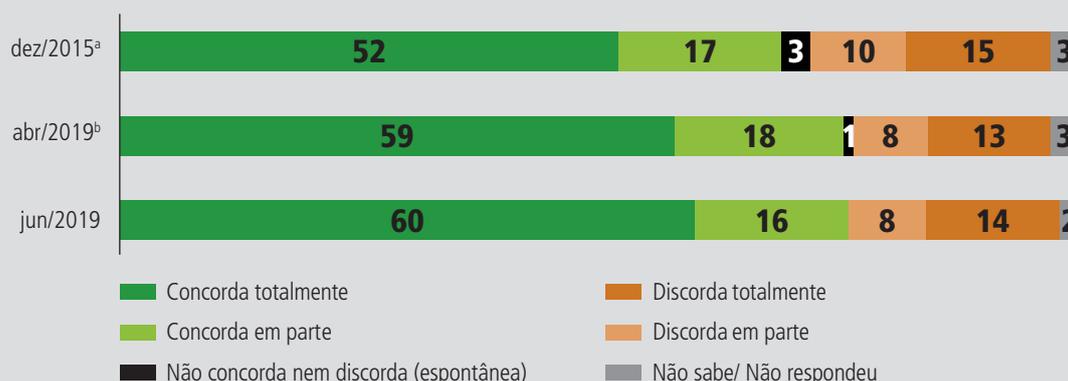
Grande parte dos brasileiros defende a concessão de benefícios assistenciais a idosos de baixa renda

Com relação aos benefícios assistenciais, é grande o apoio da população. A maioria dos brasileiros acredita que é dever da sociedade garantir um salário mínimo a todos os idosos de baixa renda, inclusive para aqueles que nunca contribuíram para a Previdência. O percentual dos entrevistados que

concorda com essa afirmação cresceu de 69%, em 2015, para 76%, em 2019. Destaca-se que a versão atual da proposta de reforma da Previdência não altera os benefícios assistenciais.

Gráfico 27 – Deve-se garantir assistência a todos idosos de baixa renda

Percentual de respostas (%)



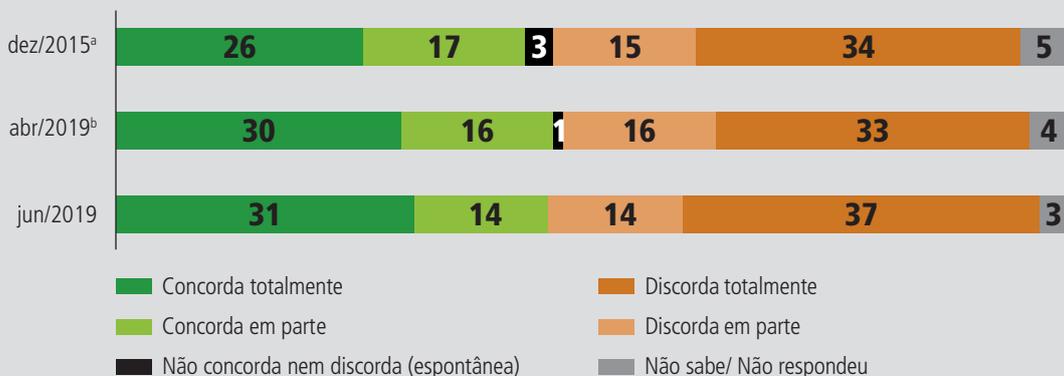
Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

^aCNI(2016), ^bCNI(2019).

A população se mostra dividida quando questionada se a garantia de um salário mínimo a todos os idosos de baixa renda, inclusive para aqueles que nunca contribuíram, incentiva as pessoas a não contribuírem para a Previdência. Pouco menos da metade das pessoas, 45%, concorda, totalmente ou parcialmente, com a afirmação, enquanto 51%,

discorda. Esses valores não apresentaram variação significativa na comparação com 2015, quando correspondiam a 43% e 49%, respectivamente. Cabe destacar que, na pesquisa de abril de 2019, a percepção da população sobre os benefícios assistenciais foi igual à apurada nesta edição.

Gráfico 28 – A garantia de um salário mínimo a idosos de baixa renda, inclusive aqueles que nunca contribuíram, incentiva as pessoas a não contribuírem para a Previdência
 Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.
^aCNI(2016), ^bCNI(2019).

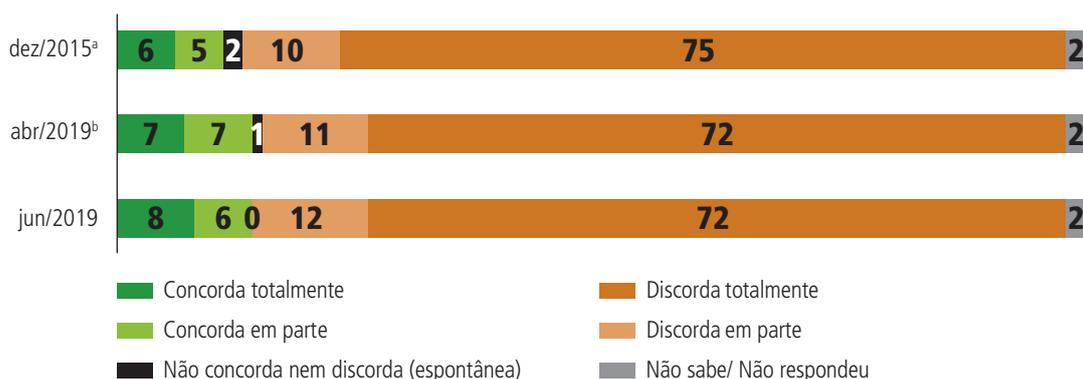
9 DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA E ESCOLHAS

População não está disposta a pagar mais pelo sistema atual

Apenas 14% dos brasileiros estariam dispostos a pagar mais impostos para manter as regras atuais de aposentadoria. A grande maioria, 84%, não se mostra disposta a arcar com uma maior carga tributária para manter o sistema atual. Em 2015, esse percentual também era elevado e representava 85% dos entrevistados. Os valores não apresentaram variação significativa na comparação com a pesquisa de abril de 2019.

Para resolver o problema da falta de recursos da Previdência, 62% dos brasileiros acreditam que as regras para aposentadorias e pensões deveriam ser alteradas. Dentre esses, 34% acreditam que as regras para aposentadorias e pensões deveriam mudar apenas para quem ainda não contribuiu para a Previdência. Para 28%, as regras deveriam mudar para quem já contribuiu para a Previdência, mas ainda não se aposentou.

Gráfico 29 – Pagar mais impostos para manter as regras atuais de aposentadoria
 Percentual de respostas (%)

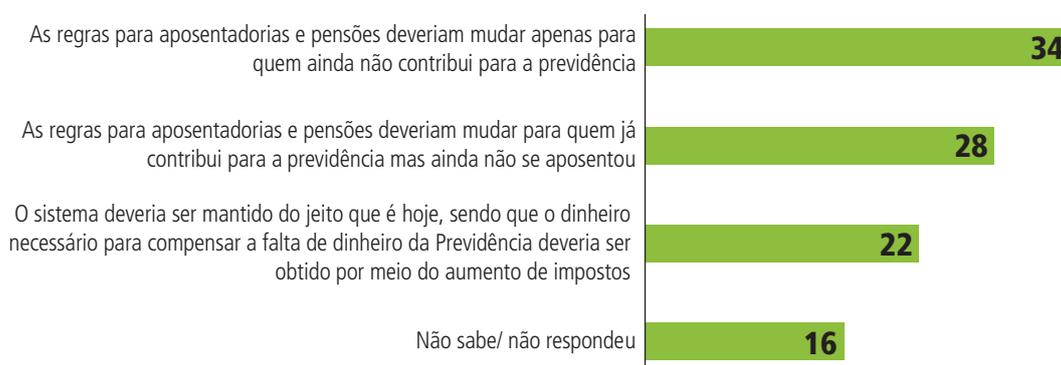


^aCNI(2016), ^bCNI(2019).

Para resolver o problema da falta de recursos da Previdência, 62% dos brasileiros acreditam que as regras para aposentadorias e pensões deveriam ser alteradas. Dentre esses, 34% acreditam que as regras para aposentadorias e pensões deveriam mudar apenas para quem ainda não contribui para a Previdência. Para 28%, as regras deveriam mudar para quem já contribui para a Previdência, mas ainda não se aposentou.

Já 22% dos entrevistados acreditam que o sistema deveria ser mantido do jeito que é hoje, sendo que o dinheiro necessário para compensar a falta de recursos da Previdência deveria ser obtido por meio do aumento de impostos. Os 16% restantes não souberam ou não quiseram responder.

Gráfico 30 – Melhor opção para resolver o problema de falta de dinheiro para a Previdência
 Percentual de respostas (%)



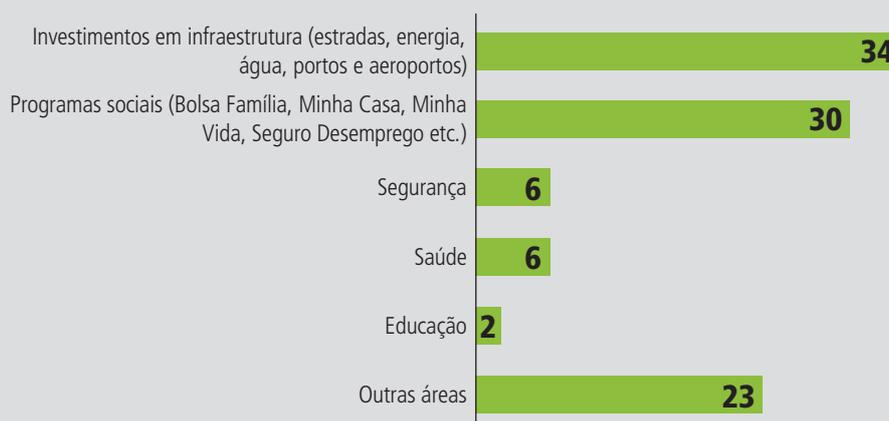
Caso o Governo Federal tenha que reduzir gastos para manter previdência, os brasileiros preferem a redução de gastos em infraestrutura e programas sociais

A maioria dos entrevistados, cerca de 76%, entende que o Governo Federal deveria reduzir recursos de alguma área. Dentro desse grupo, foram citadas as seguintes áreas para redução de gastos: investimentos em infraestrutura (34%), programas sociais (30%), segurança (6%), saúde

(6%), educação (2%) e outras áreas (23%). Os 12% restantes não souberam ou não quiseram responder. Caso não seja possível aumentar impostos para complementar os recursos da previdência, 11% população acredita que o Governo Federal deveria gastar menos com o pagamento de aposentadorias e pensões.

Gráfico 31 – Caso não seja possível aumentar impostos, em que áreas, com exceção de aposentadorias e pensões, o Governo Federal deve reduzir gastos

Percentual de respostas de quem citou alguma área (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

REFERÊNCIAS

ANSES – ADMINISTRACIÓN NACIONAL DE LA SEGURIDAD SOCIAL. ARGENTINA. **Como Obtener mi Jubilación**. Buenos Aires, maio. 2019. Disponível em: <<https://www.anses.gob.ar/tramite/como-obtener-mi-jubilacion>>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

BPS – BANCO DE PREVISIÓN SOCIAL. URUGUAI. **Que Necesito para Jubilarme**. Montevideu, jul. 2019. Disponível em: <<https://www.bps.gub.uy/12724/que-necesito-para-jubilarme.html>>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. BRASIL. **PEC nº 06 de 2019**. Brasília, jul. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=27A44A47CDAADEA0AEC323DA84937E8E.proposicoesWebExterno1?codteor=1779085&filename=Tramitacao-PEC+6/2019>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Retratos da Sociedade Brasileira – Reforma da Previdência: Percepção dos Brasileiros sobre o Sistema Previdenciário**. Brasília, Ano 8, n. 48, maio. 2019. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/rsb-48-reforma-da-previdencia>>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Retratos da Sociedade Brasileira – Previdência**. Brasília, Ano 5, n. 32, maio. 2016. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/rsb-32-previdencia>>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Retratos da Sociedade Brasileira – Previdência**. Brasília, Ano 4, n. 19, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/rsb-19-previdencia>>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Pesquisa CNI-Ibope sobre Previdência**. Brasília. 2007. (Pesquisa não divulgada).

FCP – FINNISH CENTRE FOR PENSIONS. **Retirement Ages in Different Countries**. Maio. 2017. Disponível em: <<https://www.etk.fi/en/the-pension-system/international-comparison/retirement-ages/>>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

IPS – INSTITUTO DE PREVISIÓN SOCIAL. PARAGUAI. **Retiro Feliz**. Assunção, jul. 2019. Disponível em: <<https://portal.ips.gov.py/sistemas/ipsportal/contenido.php?c=195>>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO. DATAPREV. BRASIL. **Infologo AEPS – Dados de 2017**. Brasília. 2019. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/infologo/inicio.htm>>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Pensions at a Glance 2017**. Paris, 2017. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/oecd-pensions-at-a-glance_19991363>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

ONP – OFICINA DE NORMALIZACIÓN PREVISIONAL. PERU. **Sistemas Previsional y sus Actores**. Lima, jul. 2019. Disponível em: <https://www.onp.gob.pe/pensiones_peru_onp/sistema_previsional>. Acesso em: 26 de julho de 2019.



VEJA MAIS

Mais informações desta pesquisa em:

www.cni.com.br/rsb49

APÊNDICES

Apêndice A – Nota metodológica

A série **Retratos da Sociedade Brasileira** é baseada em sondagens de opinião da população brasileira. Ela busca identificar a opinião e a percepção da população sobre temas de interesse da indústria e da sociedade brasileira, bem como identificar o comportamento da população.

As sondagens de opinião são realizadas pelo Ibope Inteligência, adicionando-se questões temáticas ao questionário da **Pesquisa CNI-IBOPE: Avaliação do governo**.

A pesquisa desta edição foi a campo nos dias 20 a 23 de junho de 2019 e entrevistou 2.000 eleitores com 16 anos ou mais, em 126 municípios. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais, para cima e para baixo, com 95% de confiança.

As amostras utilizadas são representativas da população em estudo, estratificada com alocação proporcional à população de cada estrato. Os estratos considerados são os estados brasileiros, com exceção dos estados do Acre, Amapá e Roraima, que juntos constituem apenas um estrato.

Dentro de cada estrato, nas regiões metropolitanas e nos demais municípios de cada estado, serão selecionadas amostras probabilísticas de conglomerados em três estágios.

Para informações adicionais veja a Metodologia da Pesquisa CNI-Ibope: Avaliação do governo disponível em <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/pesquisa-cni-ibope-avaliacao-do-governo/>.

Apêndice B – Questionário

Retratos da Sociedade Brasileira - PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

1) De forma geral, pensando no que o(a) sr(a) sabe ou ouviu falar até o momento, o(a) sr(a) concorda ou discorda que é preciso reformar a previdência?

CASO CONCORDA OU DISCORDA: Totalmente ou em parte?

- | | |
|---|--|
| 01(<input type="checkbox"/>) Concorda totalmente | 98(<input type="checkbox"/>) Não sabe |
| 02(<input type="checkbox"/>) Concorda em parte | 99(<input type="checkbox"/>) Não respondeu |
| 03(<input type="checkbox"/>) Não concorda nem discorda (ESPONTÂNEA) | |
| 04(<input type="checkbox"/>) Discorda em parte | |
| 05(<input type="checkbox"/>) Discorda totalmente | |

2) O(A) sr(a) está ou não está sabendo que o atual governo apresentou, recentemente, uma proposta sobre a Reforma da Previdência? (CASO SIM) E o quanto o sr(a) conhece o conteúdo dessa proposta?

- 01() Tem amplo conhecimento da proposta
 02() Conhece os principais pontos da proposta
 03() Não conhece o conteúdo da proposta
 04() Não está sabendo que o governo apresentou uma proposta de reforma da previdência (ESPONTÂNEA)
 98() Não sabe
 99() Não respondeu

3) E o(a) sr(a) é a favor ou contra à proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo?

- | | |
|--|--|
| 01(<input type="checkbox"/>) Sou a favor da proposta de Reforma da Previdência | 98(<input type="checkbox"/>) Não sabe |
| 02(<input type="checkbox"/>) Sou contra a proposta de Reforma da Previdência | 99(<input type="checkbox"/>) Não respondeu |

PARA QUEM É A FAVOR DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA – CÓD 01 EM PERGUNTA 3

4) E por qual motivo o(a) sr.(a) é a favor da proposta de reforma da Previdência? Mais algum? Algum outro?

Resposta (espontânea): _____

- 98() Não Sabe
 99() Não respondeu

PARA QUEM É CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA – CÓD 02 EM PERGUNTA 3

5) E por qual motivo o(a) sr.(a) é contra a proposta de reforma da Previdência? Mais algum? Algum outro?

Resposta (espontânea): _____

- 98() Não Sabe
 99() Não respondeu

6) Na sua opinião, com base nesta cartela, com qual idade uma pessoa deve se aposentar?

- | | |
|---|---|
| 01(<input type="checkbox"/>) Com 50 anos ou menos | 98(<input type="checkbox"/>) Não sabe (ESPONTÂNEA) |
| 02(<input type="checkbox"/>) Entre 51 e 55 anos | 99(<input type="checkbox"/>) Não respondeu (ESPONTÂNEA) |
| 03(<input type="checkbox"/>) Entre 56 e 60 anos | |
| 04(<input type="checkbox"/>) Entre 61 e 64 anos | |
| 05(<input type="checkbox"/>) Com 65 anos ou mais | |

7) Na sua opinião, considerando o que o(a) sr(a) sabe ou ouviu falar, no Brasil as pessoas se aposentam mais cedo, com a mesma idade ou mais tarde do que:

CÓDS.:

01 – MAIS CEDO

98 – NÃO SABE

02 – COM A MESMA IDADE

99 – NÃO RESPONDEU

03 – MAIS TARDE

A) Em países desenvolvidos, como Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e França?

B) Em países em desenvolvimento como China, Rússia, Índia e África do Sul?

C) Em países latino americanos, como Peru, Argentina, Paraguai e Uruguai?

8) No Brasil, existem regras que definem os anos de contribuição ou a idade necessários para se aposentar e o valor máximo do benefício. Pelo que o(a) sr(a) sabe ou ouviu falar, essas regras são iguais para todos ou alguns grupos de pessoas podem se aposentar com regras diferentes?

01() As regras são iguais para todos

02() Alguns grupos de pessoas podem se aposentar com regras diferentes

98() Não sabe

99() Não respondeu

9) Pensando nas regras de aposentadoria de diferentes grupos, gostaria de saber se o(a) sr(a) concorda ou discorda das seguintes afirmações:

CASO CONCORDA OU DISCORDA: Totalmente ou em parte?

CÓDS.:

01 – CONCORDA TOTALMENTE

98 – NÃO SABE

02 – CONCORDA EM PARTE

99 – NÃO RESPONDEU

03 – NÃO CONCORDA NEM DISCORDA (ESPONTÂNEA)

04 – DISCORDA EM PARTE

05 – DISCORDA TOTALMENTE

A) Todos os grupos de pessoas deveriam estar sujeitos às mesmas regras (mesma quantidade de anos de contribuição, mesma idade e mesmo valor máximo de aposentadoria).

B) É justo que alguns grupos se aposentem seguindo regras diferentes, como idade menor para aposentadoria, menos anos de contribuição e valor máximo de aposentadoria maior.

C) Quando alguns grupos se aposentam com regras diferentes, o restante da população é prejudicado.

10) Atualmente, alguns grupos de pessoas, como por exemplo as mulheres, os professores, os trabalhadores rurais e os policiais, têm regras diferentes de aposentadoria. Gostaria que me dissesse se o(a) sr(a) concorda ou discorda que...

CASO CONCORDA OU DISCORDA: Totalmente ou em parte?

CÓDS.:

01 – CONCORDA TOTALMENTE

98 – NÃO SABE

02 – CONCORDA EM PARTE

99 – NÃO RESPONDEU

03 – NÃO CONCORDA NEM DISCORDA (ESPONTÂNEA)

04 – DISCORDA EM PARTE

05 – DISCORDA TOTALMENTE

- A As mulheres tenham regras de aposentadoria diferente dos homens.
- B Os trabalhadores rurais tenham regras de aposentadoria diferente dos trabalhadores urbanos.
- C Os professores tenham regras de aposentadoria diferente dos demais trabalhadores urbanos.
- D Os servidores públicos tenham regras de aposentadoria diferente dos trabalhos do setor privado.
- E Os policiais civis tenham regras de aposentadoria diferente dos demais trabalhadores urbanos.
- F As Forças Armadas e policiais militares tenham regras de aposentadoria diferente dos demais trabalhadores urbanos.
- G Os políticos tenham regras de aposentadoria diferente dos demais trabalhadores urbanos.

11) Também estão sendo discutidas algumas mudanças nas regras de pensão por morte. Gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda ou discorda com essas mudanças:

CASO CONCORDA OU DISCORDA: Totalmente ou em parte?

CÓDS.:

- | | |
|---|--------------------|
| 01 – CONCORDA TOTALMENTE | 98 – NÃO SABE |
| 02 – CONCORDA EM PARTE | 99 – NÃO RESPONDEU |
| 03 – NÃO CONCORDA NEM DISCORDA (ESPONTANEA) | |
| 04 – DISCORDA EM PARTE | |
| 05 – DISCORDA TOTALMENTE | |

- A Que o valor da pensão das viúvas(os) que têm mais filhos menores de idade seja maior e das viúvas(os) que têm menos filhos menores de idade seja menor.
- B Que o valor da pensão recebido por viúvas(os), que também recebem uma aposentadoria, seja maior para quem tem renda familiar mais baixa e seja menor para quem tem renda familiar mais alta.
- C Que as pessoas não possam acumular a aposentadoria com a pensão.

12) Agora, levando em conta o sistema de aposentadoria do Brasil, o(a) sr(a) concorda ou discorda das seguintes afirmativas:

CASO CONCORDA OU DISCORDA: Totalmente ou em parte?

CÓDS.:

- | | |
|---|--------------------|
| 01 – CONCORDA TOTALMENTE | 98 – NÃO SABE |
| 02 – CONCORDA EM PARTE | 99 – NÃO RESPONDEU |
| 03 – NÃO CONCORDA NEM DISCORDA (ESPONTANEA) | |
| 04 – DISCORDA EM PARTE | |
| 05 – DISCORDA TOTALMENTE | |

- A) Com as pessoas vivendo até idades mais avançadas, é necessário estabelecer uma idade mínima para a aposentadoria.
- B) Com as pessoas vivendo até idades mais avançadas, é necessário que as pessoas se aposentem cada vez mais tarde.
- C) É justo que o valor da aposentadoria das pessoas que se aposentam mais cedo seja menor do que das pessoas que se aposentam mais tarde.
- D) É justo que as pessoas recebam aposentadoria por tempo maior do que o tempo que elas contribuíram para a previdência.
- E) É dever da sociedade garantir um salário mínimo a todos os idosos de baixa renda, inclusive aqueles que nunca contribuíram para a previdência.
- F) A garantia de um salário mínimo a todos os idosos de baixa renda, inclusive aqueles que nunca contribuíram para a previdência, incentiva as pessoas a não contribuírem para a previdência.
- G) Para garantir a manutenção das atuais regras para aposentadoria estaria disposto(a) a pagar mais impostos.

13) Com as regras previdenciárias atuais, o governo arrecada menos em contribuições do que paga de benefícios, como aposentadorias e pensões. Na sua opinião, caso não seja possível aumentar impostos para complementar os recursos da Previdência, o governo deveria gastar menos com pagamento de aposentadorias e pensões ou reduzir recursos de outras áreas? De qual das áreas listadas na cartela o(a) sr(a) acha que o governo deveria reduzir o orçamento para que possa ter mais recursos para pagar as aposentadorias e pensões?

- 01 () Saúde
- 02 () Educação
- 03 () Segurança
- 04 () Programas sociais (Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Seguro Desemprego etc.)
- 05 () Investimentos em infraestrutura (estradas, energia, água, portos e aeroportos)
- 96 () Nenhuma das áreas da cartela/ Outras (NÃO ESPECIFICAR)
- 97 () Deve gastar menos com pagamento de aposentadorias e pensões
- 98 () Não sabe
- 99 () Não respondeu

14) Ainda pensando na falta de dinheiro da Previdência, na sua opinião, qual dessas opções seria a melhor para resolver este problema?

- 01() As regras para aposentadorias e pensões deveriam mudar apenas para quem ainda não contribui para a previdência
- 02() As regras para aposentadorias e pensões deveriam mudar para quem já contribui para a previdência mas ainda não se aposentou
- 03() O sistema deveria ser mantido do jeito que é hoje, sendo que o dinheiro necessário para compensar a falta de dinheiro da Previdência deveria ser obtido por meio do aumento de impostos
- 98() Não sabe
- 99() Não respondeu

15) O(A) sr(a) é aposentado? (CASO SIM) E trabalha atualmente?

- 01() Sim, e não trabalha mais
- 02() Sim, mas continua trabalhando
- 03() Não
- 98() Não sabe
- 99() Não respondeu

16) Até que idade o(a) sr(a) pretende trabalhar, mesmo que já receba aposentadoria?

- 01() Com 50 anos ou menos
- 02() Entre 51 e 55 anos
- 03() Entre 56 e 60 anos
- 04() Entre 61 e 64 anos
- 05() Entre 65 e 70 anos
- 06() Com 71 anos ou mais
- 97() Não pretendo voltar a trabalhar (ESPONTANEA)
- 98() Não sabe
- 99() Não respondeu

17) O(a) sr(a) contribuiu para o INSS? (CASO SIM) Contribuiu como empregado com carteira assinada, como autônomo, como empresário ou como Micro Empreendedor Individual (MEI)?

- 01() Contribuiu para o INSS como empregado com carteira assinada
- 02() Contribuiu para o INSS como autônomo
- 03() Contribuiu para o INSS como empresário
- 04() Contribuiu para o INSS como Micro Empreendedor Individual (MEI)
- 05() Não contribuiu para o INSS
- 98() Não sabe
- 99() Não respondeu

SOMENTE PARA QUEM RESPONDEU QUE NÃO CONTRIBUIU NA PERGUNTA 17, OU SEJA, CÓD. 05

18) Por que o(a) sr(a) não contribuiu para o INSS?

- 01() Não se preocupa com a aposentadoria
- 02() Não vale a pena/ É caro/ Vai se preparar de outro jeito para a velhice
- 03() Vai ter benefício previdenciário de qualquer jeito, mesmo se não contribuir
- 04() Vai ter benefício assistencial por ser pobre
- 05() Tem previdência privada
- 06() Já é aposentado/Já é pensionista
- 07() Não trabalha com carteira assinada
- 08() Não trabalha/ Ainda não trabalha
- 09() Afastado/ Recebe auxílio doença
- 10() Nenhum deste/ Outros
- 98() Não sabe
- 99() Não respondeu

PARA TODOS

19) Por meio de qual destas formas o(a) sr(a) pretende se manter quando chegar à velhice? Mais alguma? Alguma outra?

- 01() Com a aposentadoria do INSS
- 02() Com a aposentadoria do INSS e a pensão recebida pela morte do(a) marido/esposa
- 03() Com a aposentadoria do INSS e a renda de algum trabalho
- 04() Com a aposentadoria do INSS e a renda de algum plano de previdência privada
- 05() Com a renda do plano de previdência privada
- 06() Com a pensão recebida pela morte do(a) marido/esposa
- 07() Com recursos da família
- 08() Com recursos próprios (poupança)
- 09() Com outros benefícios assistenciais do governo
- 10() Não pretende ou não poderá parar de trabalhar mesmo na velhice
- 97() Nenhum deste/ Outros
- 98() Não sabe
- 99() Não respondeu

CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

Análise

Fábio Bandeira Guerra

Juliana Lucena do Nascimento

Mário Sérgio Carraro Telles

Gerência de Políticas Fiscal e Tributária - GFT

Gerência Executiva de Política Econômica - PEC

Diretoria de Desenvolvimento Industrial - DDI

Estatística

Edson Velloso

Gerência de Estatística - GEST

Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade – GPC

Diretoria de Desenvolvimento Industrial - DDI

Produção editorial, projeto gráfico e diagramação

Carla Regina P. Gadelha

Coordenação de Divulgação

Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade – GPC

Diretoria de Desenvolvimento Industrial - DDI

Normalização

Alberto Nemoto Yamaguti

Área de Administração, Documentação e Informação - ADINF

Diretoria de Serviços Corporativos – DSC

Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

E-mail: sac@cni.com.br

www.portaldaindustria.com.br

Elaboração da pesquisa

Ibope Inteligência



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA